

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.357 - RJ (2018/0303050-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : HUGO DUARTE SERAFIM
ADVOGADO : LUIZ AUGUSTO RIBEIRO DE ALMEIDA - RJ186124
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ALEGAÇÃO DE QUE A PERSECUÇÃO PENAL SE BASEOU APENAS EM DENÚNCIA ANÔNIMA. AFIRMAÇÃO AFASTADA PELO TRIBUNAL A **QUO**. APRESENTAÇÃO DE **DELATIO CRIMINIS** ANÔNIMA QUANDO JÁ HAVIA INVESTIGAÇÕES EM ANDAMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.

II - Segundo firme jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do **in dubio pro societate**.

III - *"Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal firmaram o entendimento de que a notícia anônima sobre eventual prática criminosa, por si só, não é idônea para a instauração de inquérito policial ou deflagração da ação penal, prestando-se, contudo, a embasar procedimentos investigativos preliminares em busca de indícios que corroborem as informações, os quais tornam legítima a persecução criminal estatal. Precedentes"* (RHC n. 62.067/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 14/03/2018, grifei).

IV - **In casu**, inviável afastar as conclusões das instâncias ordinárias que afirmaram que as investigações não se basearam exclusivamente em denúncia anônima, pois já havia inquérito policial em andamento quando aportou aos autos a **delatio criminis** anônima. A conclusão do v. acórdão infirma a tese defensiva de que não teriam sido realizadas investigações preliminares antes do oferecimento da inicial acusatória.

Recurso ordinário em **Habeas Corpus** desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Felix Fischer

Relator

